

Demonstrações Financeiras

Banco Fator S.A.
CNPJ: 33.644.196/0001-06

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente



São Paulo, 28 de março de 2022

Carta de Apresentação

Banco Fator S.A.

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 12º andar - São Paulo - SP

Em cumprimento às determinações legais da Resolução BCB nº 2/20, apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Fator S.A. em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial, demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

Atenciosamente,

DocuSigned by:

João Antonio Lopes Filho

6ED6560AAB2A437

João Antonio Lopes Filho

Diretor Presidente

DocuSigned by:

GILBERTO MORIANA

B0432E50CF25954

Gilberto Teruhiko Moriana

Presidente do Comitê de Auditoria

DocuSigned by:

Gilberto Ataíde Caldeira Pereira

C7A7A46E2E3D40A

Gilberto Ataíde Caldeira Pereira

CRC SP - 215293/O-6

Relatório da Administração

Banco Fator S.A.

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Fator S.A. em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório do Auditor Independente. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, o Banco Fator S.A. declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

A Diretoria

Relatório do Comitê de Auditoria

Banco Fator S.A.

Compete ao Comitê de Auditoria do Banco zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No período foram realizadas reuniões de trabalho com diferentes áreas do Banco nas quais estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes de Risco e Compliance, Auditoria Interna, Auditoria Independente, Ouvidoria, Contabilidade, Risco Operacional e de outras Áreas Corporativas.

Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Banco são adequados e suficientes.

As demonstrações financeiras do Banco, foram analisadas e devidamente aprovadas pelo Comitê de Auditoria.

Comitê de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fator S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Fator S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Fator S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que em 17 de novembro de 2021, foi aprovada pelo BACEN a venda da Fator S.A. Corretora de Valores (controlada do Banco), para a BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

Banco Fator S.A.
Balanco Patrimonial
(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		88.908	161.227
DISPONIBILIDADES	3a, 4 e 5	1.357	1.526
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		67.054	150.462
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3a, 3b, 4 e 5	12.994	124.503
Títulos e Valores Mobiliários	3c e 6	31.043	10.405
Operações de Crédito	3e e 7	23.017	15.554
OUTROS ATIVOS	8	20.498	9.391
Relações Interfinanceiras		172	312
Rendas a Receber		1.370	3.361
Negociação e Intermediação de Valores	3f	483	614
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	24	7.595	-
Despesas Antecipadas	3h	404	386
Diversos		10.474	4.718
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	3l e 7e	(1)	(152)
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		477.367	509.479
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		251.451	242.211
Títulos e Valores Mobiliários	3c e 6	251.451	219.790
Operações de Crédito	3e e 7	-	22.421
OUTROS ATIVOS	8	13.367	44.942
Ativos Fiscais Correntes		8.872	6.594
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	3g	-	26.637
(Provisão para Desvalorização)		-	(1.866)
Despesas Antecipadas	3h	1.664	2.444
Diversos		2.831	11.133
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	3l e 7e	-	(5.566)
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	9b	23.515	27.982
INVESTIMENTOS	3k e 10	185.594	194.381
IMOBILIZADO DE USO	3j	1.475	1.946
Outras Imobilizações de Uso		4.829	7.602
(Depreciações Acumuladas)		(3.354)	(5.656)
INTANGÍVEL	3k	1.965	3.583
Ativos Intangíveis		4.679	7.709
(Amortização Acumulada)		(2.714)	(4.126)
TOTAL DO ATIVO		566.275	670.706

PASSIVO	NOTAS	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		94.410	199.260
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		87.879	193.957
Depósitos	3n e 11	87.879	167.630
Obrigações por Operações Compromissadas	3n e 12	-	19.575
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13	-	6.752
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	6.531	5.303
Fiscais e Previdenciárias	3o	3.380	2.011
Negociação e Intermediação de Valores	3f	141	-
Diversas		3.010	3.292
NÃO CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		182.747	188.251
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		180.455	186.869
Depósitos	3n e 11	180.455	186.869
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	2.292	1.382
Provisão para Contingências	3m e 15	2.292	1.382
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	289.118	283.195
Capital - De Domiciliados no País		310.013	300.013
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(9.050)	(2.061)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(11.845)	(14.757)
TOTAL DO PASSIVO		566.275	670.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A.
Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais)

	NOTAS	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		13.190	23.453	39.153
Operações de Crédito	3e	1.363	2.698	2.907
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	13.610	24.408	33.286
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3d	(1.783)	(3.653)	2.960
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(14.871)	(34.267)	(39.734)
Operações de Captação no Mercado	3n	(20.587)	(39.984)	(37.836)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	3l e 7e	5.716	5.717	(1.898)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.681)	(10.814)	(581)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(17.971)	(38.120)	(28.057)
Receitas de Prestação de Serviços	17a	26.299	35.648	21.924
Despesas de Pessoal		(20.318)	(37.217)	(24.908)
Outras Despesas Administrativas	17b	(13.384)	(23.777)	(16.719)
Despesas Tributárias		(2.378)	(3.217)	(3.605)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	3i e 10	(1.047)	(3.046)	(8.454)
Outras Receitas Operacionais	17c	2.058	2.793	4.166
Outras Despesas Operacionais	17d	(9.201)	(9.304)	(461)
RESULTADO OPERACIONAL		(19.652)	(48.934)	(28.638)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	20	46.804	58.097	(1.443)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		27.152	9.163	(30.081)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3o e 9	(6.251)	(6.251)	837
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)		20.901	2.912	(29.244)
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R\$		3,29	0,46	(4,79)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)	20.901	2.912	(29.244)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(3.449)	(6.989)	(1.756)
Ajuste ao Valor de Mercado	(3.449)	(6.989)	(1.756)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES	17.452	(4.077)	(31.000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A.**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - (Nota 16)**

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	290.013	14.487	(305)	-	304.195
Aumento de Capital - RCA 13/04/2020	10.000	-	-	-	10.000
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	(1.756)	-	(1.756)
Prejuízo	-	-	-	(29.244)	(29.244)
Destinação do Resultado:					
Reservas de Lucros	-	(14.487)	-	14.487	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	300.013	-	(2.061)	(14.757)	283.195
Mutações do Período	10.000	(14.487)	(1.756)	(14.757)	(21.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	300.013	-	(2.061)	(14.757)	283.195
Aumento de Capital - RCA 14/05/2021	10.000	-	-	-	10.000
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	(6.989)	-	(6.989)
Lucro Líquido	-	-	-	2.912	2.912
Saldos em 31 de dezembro de 2021	310.013	-	(9.050)	(11.845)	289.118
Mutações do Período	10.000	-	(6.989)	2.912	5.923
Saldos em 30 de junho de 2021	310.013	-	(5.601)	(32.746)	271.666
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	(3.449)	-	(3.449)
Lucro Líquido	-	-	-	20.901	20.901
Saldos em 31 de dezembro de 2021	310.013	-	(9.050)	(11.845)	289.118
Mutações do Período	-	-	(3.449)	20.901	17.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Em milhares de reais)

	NOTAS	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) AJUSTADO		(23.116)	(49.117)	(15.501)
Lucro Líquido (Prejuízo)		20.901	2.912	(29.244)
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo):		(44.017)	(52.029)	13.743
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7e	(5.716)	(5.717)	1.898
Provisão/Reversão para Contingências		1.173	1.174	912
Depreciações e Amortizações		1.816	3.093	3.337
Tributos Diferidos	9a	4.467	4.467	(854)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	1.047	3.046	8.454
Lucro na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	20	(2.683)	(4.501)	-
Lucro na Alienação de Investimento	20	(44.121)	(53.591)	-
Outros		-	-	(4)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS		(52.543)	(130.889)	74.581
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários		4.726	(59.288)	188.720
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		14.849	14.958	(14.751)
(Aumento) Redução em Outros Ativos		13.870	24.969	(2.624)
(Redução) Aumento em Depósitos		(68.305)	(86.165)	(97.537)
(Redução) Aumento em Obrigações por Operações Compromissadas		(18.341)	(19.575)	(578)
(Redução) Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		-	(6.752)	3.396
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		658	964	(2.045)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(75.659)	(180.006)	59.080
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	10	-	-	16.300
Alienação de Investimentos	10	49.332	59.332	-
Aumento de Capital em Controladas	10	-	-	(25.000)
Redução de Capital em Controladas	10	-	-	4.000
Aquisição de Imobilizado de Uso		(4)	(15)	(1.232)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	-	81
Aquisição de Intangível		(607)	(989)	(1.831)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		48.721	58.328	(7.682)
Aumento de Capital	16a	-	10.000	10.000
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	10.000	10.000
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3a e 4	(26.938)	(111.678)	61.398
Início do Período		41.289	126.029	64.631
Final do Período		14.351	14.351	126.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Fator S.A. (Banco) está organizado sob a forma de banco múltiplo e desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimento.

As operações são conduzidas integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm coparticipação ou intermediação de instituições associadas ao Conglomerado Fator.

Em 17/11/2021 foi aprovada pelo BACEN a operação celebrada em 30 de abril de 2021, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, por e entre, de um lado, como vendedor, Banco Fator S.A. legítimo titular e único proprietário de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social total e votante da Fator S.A. Corretora de Valores (Fator Corretora), e, de outro lado, como compradora, BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BTG Corretora).

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Conforme estabelecido na Resolução nº 4.720/19 do CMN e alterações posteriores e na Resolução BCB nº 2/20, as principais alterações implementadas foram: Balanço Patrimonial, as contas estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e os saldos estão apresentados comparativamente com os saldos do exercício social imediatamente anterior, as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos anteriores para as quais foram apresentadas e também ocorreu a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Patrimônio Líquido e também o respectivo Resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco e de suas empresas controladas, conforme Resolução nº 4.524/16 do CMN.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas pela Diretoria em 28 de março de 2022.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme Resolução BCB nº 2/20, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados nas seguintes categorias, conforme a intenção da Administração:

Títulos para Negociação: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários;

Títulos Mantidos até o Vencimento: São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, operações de futuros e operações de "swap" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Operações com Opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados a valor de mercado no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício;

Operações de Futuros: O valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

Operações de "Swap": O diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

Instrumentos Financeiros Derivativos não considerados como "hedge": Em conta de receita ou despesa, no resultado.

Instrumentos Financeiros Derivativos considerados como "hedge": São classificados como "hedge" de risco de mercado ou "hedge" de fluxo de caixa.

Os "hedges" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os "hedges" de fluxo de caixa são destinados a compensar à variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

e) Operações de Crédito e Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, conforme demonstrado na Nota 7.

f) Negociação e Intermediação de Valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. As taxas, emolumentos e corretagens são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

g) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

Compostos por bens imóveis não destinados a uso recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados ao valor justo, quando aplicável, caso o valor justo seja inferior ao valor do ativo, a diferença é reconhecida como perda por redução ao valor recuperável do ativo.

h) Despesas Antecipadas

Despesas Antecipadas correspondentes às aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Outros investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado de Uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

k) Intangível

É constituído por gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais, amortizados pelo prazo de licença dos softwares.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – "Impairment"

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por "Impairment", quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do CMN.

Exceto os créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar a existência de perda por "impairment".

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos Contingentes: Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos Contingentes: São reconhecidos quando, baseado na opinião de Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos e Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não requerem provisão e divulgação;

Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

n) Depósitos e Obrigações por Operações Compromissadas

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. As obrigações por operações compromissadas são classificadas no passivo em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

o) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a CSLL pela alíquota de 25% (20% em 2020).

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, quando ativados são constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa da realização dos mesmos. Os créditos tributários constituídos são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme descrito na Nota 9.

p) Classificação dos Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram nos doze meses após a data do balanço são classificados no não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados no não circulante independentemente do prazo de realização em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20.

q) Receitas e Despesas

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	1.357	1.526
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	12.994	124.503
Total	14.351	126.029

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2021	31/12/2020
	Até 90 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	12.994	12.994
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.994	124.503
Total	12.994	124.503

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da Carteira

	Mensuração (c)	Carteira Própria	Vinculados à Prestação de Garantias	Total	
				31/12/2021	31/12/2020
Títulos para Negociação		27.798	-	27.798	8.518
Ações (b)	Nível 1	-	-	-	223
Quotas de Fundos de Investimento (b)	Nível 2	27.798	-	27.798	8.295
Títulos Disponíveis para Venda		128.953	17.882	146.835	221.677
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (b)	Nível 2	8.057	17.882	25.939	28.879
Certificados de Recebíveis Imobiliários (b)	Nível 2	206	-	206	192
Debêntures (b)	Nível 2	13.435	-	13.435	15.729
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	Nível 1	-	-	-	42.640
Notas do Tesouro Nacional - NTN (a)	Nível 1	107.255	-	107.255	134.237
Títulos Mantidos até o Vencimento		107.181	680	107.861	-
Letras Financeiras - LF (b)	Nível 2	39.180	-	39.180	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN (a)	Nível 1	68.001	680	68.681	-
Total		263.932	18.562	282.494	230.195

(a) Custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

(b) Custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão;

(c) Mensuração - **Nível 1** - São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. **Nível 2** - São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

b) Classificação da Carteira por Categorias e Prazos

	Sem Vencimento	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	
				31/12/2021	31/12/2020
Títulos para Negociação	27.798	-	-	27.798	8.518
Ações	-	-	-	-	223
Quotas de Fundos de Investimento	27.798	-	-	27.798	8.295
Títulos Disponíveis para Venda	-	3.245	143.590	146.835	221.677
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	2.912	23.027	25.939	28.879
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	206	206	192
Debêntures	-	-	13.435	13.435	15.729
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	42.640
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	333	106.922	107.255	134.237
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	107.861	107.861	-
Letras Financeiras - LF	-	-	39.180	39.180	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	68.681	68.681	-
Total	27.798	3.245	251.451	282.494	230.195

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias ou de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A utilização de instrumentos financeiros derivativos considera a avaliação prévia de vários aspectos com relação aos produtos, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional.

A estratégia de "hedge" é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN e alterações posteriores.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, conforme seus respectivos indexadores.

Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de "hedge" são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Banco não possuía estrutura de "hedge" contábil de risco de mercado ou fluxo de caixa.

Composição da Carteira e Classificação por Categorias e Prazos

	Até 3 Meses	31/12/2021	31/12/2020	Ativo (Passivo)
		Valor Referencial	Valor Referencial	
Contratos de Futuros	3.174	3.174	84.570	40
Compromissos de Compra	-	-	50.190	42
Futuro DI	-	-	50.190	42
Compromissos de Venda	3.174	3.174	34.380	(2)
Futuro DI	3.174	3.174	34.380	(2)
Total	3.174	3.174	84.570	40

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira de Crédito por Tipo de Operação

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Empréstimos	23.016	99,99	22.945	60,42
Cheque Especial e Conta Garantida	1	0,01	15.030	39,58
Total	23.017	100,00	37.975	100,00

b) Operações de Crédito por Setor de Atividade e Prazos

	Vencida A partir de 15 dias	A vencer Até 3 meses	Total	
			31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e Títulos Descontados				
Setor Privado	1	23.016	23.017	37.975
Outros Serviços	-	23.016	23.016	35.780
Pessoas Físicas	1	-	1	2.195
Total	1	23.016	23.017	37.975
Curto Prazo			23.017	15.554
Longo Prazo			-	22.421

c) Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível	31/12/2021			31/12/2020		
	Total Operações de Crédito	Créditos Vencidos	Provisão Constituída	Total Operações de Crédito	Créditos Vencidos	Provisão Constituída
AA	23.016	-	-	22.741	-	-
A	-	-	-	199	-	1
B	-	-	-	15.030	-	151
C	-	-	-	3	3	-
D	-	-	-	2	-	-
H	1	1	1	-	-	-
Total	23.017	1	1	37.975	3	152

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, levando-se em consideração o risco das operações, amparada por informações internas e externas.

d) Operações de Crédito por Concentração de Risco

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
10 Maiores Clientes	23.017	100,00	37.731	99,36
Demais Clientes	-	-	244	0,64
Total	23.017	100,00	37.975	100,00

e) Movimentação das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	5.718	3.820
Provisão	1	1.904
Reversão de Provisão (Nota 8 (b))	(5.718)	(6)
Saldo Final	1	5.718

NOTA 8 - OUTROS ATIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Relações Interfinanceiras	172	312
Rendas a Receber	1.370	3.361
Outras Rendas a Receber	-	3.361
Negociação e Intermediação de Valores	483	614
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	483	614
Ativos Fiscais Correntes	8.872	6.594
Impostos e Contribuições a Compensar	8.872	6.594
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Imóveis (a)	7.595	26.637
(Provisão para Desvalorização) (a)	-	(1.866)
Despesas Antecipadas	2.068	2.830
Diversos	13.305	15.851
Adiantamentos e Antecipações Salariais	114	48
Devedores por Depósitos em Garantia	2.831	1.403
Títulos e Créditos a Receber (b)	-	11.133
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	85	1.724
Devedores Diversos - País (a)	10.275	1.543
Total	33.865	54.333
Curto Prazo	20.498	9.391
Longo Prazo	13.367	44.942

(a) Em 12/03/2021, foi efetuado o compromisso de venda de imóvel no valor de R\$ 14.543 (recebido), apurando lucro de R\$ 1.818 e em 29/12/2021, foi efetuada a venda de imóvel no valor de R\$ 9.000 (a receber), apurando lucro de R\$ 2.683 (Nota 20) e revertida a provisão para desvalorização no valor de R\$ 1.866, registrada na rubrica Outras Receitas Operacionais.

(b) Em 30/12/2021, foi efetuada a cessão, com partes relacionadas, de outros créditos a receber pelo valor de R\$ 2.000, apurando prejuízo de R\$ 9.133 e revertida a provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 5.566. Por não possuir condições de mercado, a operação foi realizada sem essa premissa.

NOTA 9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Resultado antes da Tributação	9.163	9.163	(30.081)	(30.081)
Adições Temporárias	12.420	12.420	61.621	61.621
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	11.020	11.020	58.320	58.320
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-	-	3.160	3.160
Outras Adições Temporárias	1.400	1.400	141	141
Adições Permanentes	23.386	22.241	36.062	36.018
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	20.653	20.653	21.875	21.875
Outras Adições Permanentes	2.733	1.588	14.187	14.143
Exclusões Temporárias	(15.795)	(15.795)	(65.053)	(65.053)
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	(10.077)	(10.077)	(65.001)	(65.001)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(5.718)	(5.718)	(52)	(52)
Outras Exclusões Temporárias	-	-	-	-
Exclusões Permanentes	(23.366)	(23.366)	(14.179)	(14.179)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(17.607)	(17.607)	(13.421)	(13.421)
Outras Exclusões Permanentes	(5.759)	(5.759)	(758)	(758)
Base de Cálculo antes da Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	5.808	4.663	(11.630)	(11.674)
(-) Compensação 30% - Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(1.742)	(1.399)	-	-
Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.066	3.264	(11.630)	(11.674)
Provisão Corrente para IRPJ e CSLL	(968)	(816)	-	-
Ajuste IRPJ e CSLL de Períodos Anteriores	-	-	(6)	(11)
Constituição (Reversão) de Créditos Tributários	(2.493)	(1.974)	474	380
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.461)	(2.790)	468	369

b) Demonstração dos Créditos Tributários

	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	24.569	-	(1.054)	23.515
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	3.413	-	(3.413)	-
Total	27.982	-	(4.467)	23.515

Em 31/12/2021, existiam créditos tributários não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 23.515 (R\$ 27.982 em 31/12/2020). Os benefícios do IRPJ e CSLL serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 4.842/20 do CMN.

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Período	IRPJ / CSLL
2023	1.246
2024	1.791
2025	2.358
2026	2.705
2027	3.089
2028 a 2031	12.326
Total	23.515

Os créditos tributários serão realizados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 4.842/20 do CMN. A realização depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias. O valor presente dos créditos tributários em 31/12/2021 é de R\$ 12.763, utilizando-se a curva futura de juros, obtida na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, como fator de desconto.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL em montante que justifique a realização de tais valores.

NOTA 10 - PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

	Fator S.A. Corretora de Valores	FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	Fator Seguradora S.A.	Total
Patrimônio Líquido				
31/12/2021	2.695	662	185.594	188.951
31/12/2020	5.585	4.108	184.688	194.381
Lucro Líquido (Prejuízo)				
01/01 a 31/12/2021	(2.890)	(3.446)	906	(5.430)
01/01 a 31/12/2020	(11.211)	266	2.491	(8.454)
Participação Acionária (%)	0,00%	0,00%	100,00%	
Valor Patrimonial do Investimento				
31/12/2021	-	-	185.594	185.594
31/12/2020	5.585	4.108	184.688	194.381
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas				
01/01 a 31/12/2021	(1.278)	(2.674)	906	(3.046)
01/01 a 31/12/2020	(11.211)	266	2.491	(8.454)

Em 14/06/2021, o Banco alienou 50% das quotas da FAR – Fator Administração de Recursos Ltda. pelo valor de R\$ 10.000, e em 27/07/2021 alienou os outros 50% restantes das quotas da FAR – Fator Administração de Recursos Ltda. pelo valor de R\$ 10.000 (Nota 20).

Em 08/11/2021, o Banco alienou 100% das ações da Fator S.A. Corretora de Valores pelo valor de R\$ 39.332 (Nota 20).

Em 30/12/2020, foi deliberado e recebido Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 9.300 da controlada Fator Seguradora S.A..

Em 24/04/2020, foi deliberado e integralizado o aumento de capital no montante de R\$ 7.000 na controlada Fator Seguradora S.A..

Em 01/04/2020, foi recebido dividendos no valor de R\$ 7.000 da controlada Fator Seguradora S.A..

Em 31/03/2020, foi deliberado a redução do capital social no montante de R\$ 4.000 na controlada FAR – Fator Administração de Recursos Ltda..

Em 17/02/2020, foi deliberado e integralizado o aumento de capital no montante de R\$ 6.000 na controlada FAR – Fator Administração de Recursos Ltda..

Em 17/02/2020, foi deliberado e integralizado o aumento de capital no montante de R\$ 12.000 na controlada Fator S.A. Corretora de Valores.

NOTA 11 - DEPÓSITOS

	31/12/2021						31/12/2020	
	Sem Vencido	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	366 a 730 dias	Acima de 730 dias	Total	Total
Depósitos à Vista	4.773	-	-	-	-	-	4.773	14.961
Ligadas	444	-	-	-	-	-	444	834
Não Ligadas	4.329	-	-	-	-	-	4.329	14.127
Depósitos a Prazo	-	7.877	23.269	51.960	98.923	81.532	263.561	339.538
Ligadas	-	-	-	-	-	1.668	1.668	1.563
Não Ligadas	-	7.877	23.269	51.960	98.923	79.864	261.893	337.975
Total	4.773	7.877	23.269	51.960	98.923	81.532	268.334	354.499
Curto Prazo							87.879	167.630
Longo Prazo							180.455	186.869

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	31/12/2020
	Total
Carteira Própria	19.575
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	86
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	19.489
Total	19.575

NOTA 13 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	31/12/2020
Total	
Letras de Crédito Agrícola	6.752
Não Ligadas	6.752
Total	6.752

NOTA 14 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais e Previdenciárias	3.380	2.011
Impostos e Contribuições a Recolher	3.380	2.011
Negociação e Intermediação de Valores	141	-
Credores - Conta Liquidações Pendentes	122	-
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	19	-
Provisão para Contingências (Nota 15b)	2.292	1.382
Diversas	3.010	3.292
Provisão para Pagamentos a Efetuar	-	2.214
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	-	61
Credores Diversos - País	3.010	1.017
Total	8.823	6.685
Curto Prazo	6.531	5.303
Longo Prazo	2.292	1.382

NOTA 15 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos Contingentes**

Em 31/12/2021 e 31/12/2020, o Banco não possuía ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Prováveis e Obrigações Legais

As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e totalizam R\$ 2.292 (R\$ 1.382 em 31/12/2020) e estão representadas por:

Ações Cíveis: O valor da provisão é de R\$ 25 em 31/12/2021 e referem-se a ações de caráter indenizatório;

Ações Trabalhistas: O valor da provisão é de R\$ 2.267 (R\$ 1.382 em 31/12/2020).

Composição e Movimentação das Provisões

	31/12/2021			31/12/2020
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldo Inicial	-	1.382	1.382	470
Constituição	25	1.572	1.597	1.188
Reversão	-	(423)	(423)	(276)
Liquidação	-	(264)	(264)	-
Saldo Final	25	2.267	2.292	1.382

c) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis

Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e estão representados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais	25.500	6.107
Cíveis	10.734	23
Trabalhistas	3.007	9.111
Total	39.241	15.241

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Em 31/12/2021, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 6.347.684 ações (6.109.028 em 31/12/2020), divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Em RCA de 14/05/2021, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 10.000 mediante a emissão de 238.656 ações, aprovado pelo Bacen em 07/06/2021.

Em RCA de 13/04/2020, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 10.000 mediante a emissão de 207.120 ações, aprovado pelo Bacen em 24/06/2020.

b) Distribuição de Dividendos

O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor.

c) Lucros ou Prejuízos Acumulados

Em 31/12/2021, o prejuízo acumulado de R\$ 11.845 (R\$ 14.757 em 31/12/2020) permaneceu registrado na rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

NOTA 17 - DETALHAMENTO DE CONTAS DO RESULTADO

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
a) Receitas de Prestação de Serviços	26.299	35.648	21.924
Rendas de Assessoria Técnica	21.950	27.362	12.047
Rendas de Administração de Fundos de Investimento	2.299	4.822	4.541
Rendas de Comissão de Colocação de Títulos	777	2.098	3.935
Rendas de Outros Serviços	1.273	1.366	1.401
b) Outras Despesas Administrativas	13.384	23.777	16.719
Processamento de Dados	4.827	8.785	5.366
Depreciações e Amortizações	1.816	3.093	3.337
Serviços do Sistema Financeiro	1.582	3.379	2.437
Serviços Técnicos Especializados	1.411	2.675	2.049
Aluguéis / Condomínio	1.365	2.216	1.271
Outras Despesas Administrativas	2.383	3.629	2.259
c) Outras Receitas Operacionais	2.058	2.793	4.166
Variações Monetárias Ativas / Cambiais	155	233	3.664
Atualização de Depósitos Judiciais	37	37	73
Reversão de Provisões para Passivos Contingentes	-	423	-
Recuperação de Encargos e Despesas	-	93	76
Outras Receitas Operacionais (Nota 8 (a))	1.866	2.007	353
d) Outras Despesas Operacionais	9.201	9.304	461
Variações Monetárias Passivas / Cambiais	1	5	5
Contingências Cíveis	-	25	2
Outras Despesas Operacionais (Nota 8(b))	9.200	9.274	454

NOTA 18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Empresas Controladas e Ligadas**

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 4.818/20 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas basicamente por:

Operações / Partes Relacionadas	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Depósitos à Vista	(444)	-	(834)	-
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(132)	-	(31)	-
Fator S.A. Corretora de Valores	-	-	(213)	-
Ligadas - Não Financeiras	(312)	-	(590)	-
Depósitos a Prazo	(1.668)	(71)	(1.563)	(71)
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(355)	(58)	(1.563)	(67)
Ligadas - Não Financeiras	(1.313)	(13)	-	(4)
Obrigações por Operações Compromissadas	-	(486)	(17.497)	(415)
Fator S.A. Corretora de Valores	-	(486)	(17.497)	(415)
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	614	-
Fator S.A. Corretora de Valores	-	-	614	-
Valores a Receber (Pagar) de Soc. Ligadas	85	25.116	1.663	20.337
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	-	3.572	547	6.865
Fator S.A. Corretora de Valores	-	1.348	771	9.916
Fator Seguradora S.A.	85	1.270	247	2.412
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	-	359	98	1.144
Fator Capital S.A.	-	18.567	-	-

Em 30/12/2021, foi efetuada a cessão, com a Fator Empreendimentos e Participações Ltda., de outros créditos a receber pelo valor de R\$ 2.000, apurando prejuízo de R\$ 9.133 e revertida a provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 5.566. Por não possuir condições de mercado, a operação foi realizada sem essa premissa.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período foram de R\$ 6.822 (R\$ 4.340 em 31/12/2020) e são considerados benefícios de curto prazo.

NOTA 19 - RECURSOS DE TERCEIROS SOB ADMINISTRAÇÃO

Os recursos de terceiros sob administração totalizam R\$ 1.398.311 (R\$ 2.301.433 em 31/12/2020).

NOTA 20 - RESULTADO NÃO RECORRENTE

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado não Recorrente	58.097	(1.443)
Lucro na Alienação de Investimento - FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	18.567	-
Lucro na Alienação de Investimento - Fator S.A. Corretora de Valores	35.024	-
Lucro na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	4.501	-
Despesas Extraordinárias - Bens não de Uso	-	(1.421)
Outros	5	(22)

NOTA 21 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Banco mantém estruturas de gerenciamento de riscos e de capital em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN e alterações posteriores, estabelecendo políticas, procedimentos, modelos e sistemas capazes de identificar, avaliar, mitigar, reportar e gerir os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando uma visão dos riscos incorridos a Presidência e a Diretoria Executiva, que estão cientes de suas responsabilidades sobre as informações aqui divulgadas e com relação à estrutura de gerenciamento de riscos e de capital.

As descrições dessas estruturas estão disponibilizadas no site do Banco:

(https://www.fator.com.br/bem_vindo/quem_somos/risco_compliance/gestao_riscos.html).

a) Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito.

b) Risco de Mercado

O monitoramento diário do risco de mercado do Banco é efetuado com utilização de duas medidas estatísticas, a saber:

- 1) Valor a Risco (VaR) paramétrico com intervalo de confiança de 99% e horizonte de tempo de 01 dia, modelo estatístico que utiliza a análise dos dados históricos normalizando a distribuição dos retornos de forma a estimar a perda financeira possível em um dia de mercado para 99% dos casos.
- 2) "Stress Test", uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Os cenários de estresse utilizados para apuração dos choques são estimados com base naqueles divulgados diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Esta abordagem tem por objetivo preservar o patrimônio do Banco em situações de mercado consideradas atípicas.

c) Risco de Liquidez

O monitoramento do risco de liquidez visa mitigar a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O processo de gestão deste risco é efetuado diariamente através do monitoramento do limite de caixa mínimo e do fluxo de caixa projetado através de relatório específico, onde são avaliados os ativos e passivos do Banco para os próximos 252 dias úteis, levando-se em conta 5 cenários de liquidez com premissas diferentes.

d) Risco Operacional

A gestão do risco operacional visa mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, sanções e indenizações por danos decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo para o gerenciamento do risco operacional pelo enfoque quantitativo consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna com suas respectivas causas e planos de ação. Permite a análise das perdas incorridas pelo enfoque qualitativo, possibilitando avaliar os riscos e a efetividade dos controles internos, visando à redução de perdas e à melhoria operacional do negócio.

e) Gestão de Capital

A gestão de capital tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

A política de gestão de capital bem como o plano de capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

NOTA 22 - LIMITES OPERACIONAIS

O índice de Basileia, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.193/13 do CMN e alterações posteriores, está representado conforme abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Risco de Crédito (RWAcpad)	13.049	13.563
Risco de Moedas (RWAcam)	39	4.562
Risco de Taxa de Juros (RWApjur)	1.190	370
Risco de Ações (RWAacs)	2.598	1.369
Risco Operacional (RWAopad)	7.270	8.266
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	24.146	28.130
Patrimônio Líquido	289.118	283.195
Ajustes Prudenciais	(197.320)	(205.419)
Patrimônio de Referência - PR	91.798	77.776
Índice de Basileia	30,41%	22,12%
Rban	4.200	12.552

NOTA 23 - COVID-19

Em março de 2020 foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19. Diante desta situação sem precedentes, o Banco permanece acompanhando os desdobramentos globais e monitorando informações, variáveis e riscos que possam afetar suas decisões de negócio. A Administração vem adotando diversas medidas de prevenção para preservar a saúde e segurança de seus colaboradores e também a manutenção da operação.

NOTA 24 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 02/2022 foi feita a liquidação antecipada da Operação de Crédito no valor de R\$ 23.092, gerando um resultado positivo no valor de R\$ 420.

Em 02/2022, foi assinado o compromisso de venda de imóvel no valor de R\$ 11.000 e será apurado lucro de R\$ 3.405.

COMITÊ DE AUDITORIA

Gilberto Teruhiko Moriama - Presidente e Membro Qualificado
Paulo Vellani de Lima - Membro
Joao Antonio Lopes Filho - Membro

DIRETORIA

Joao Antonio Lopes Filho - Diretor Presidente
Gilberto Teruhiko Moriama - Diretor
Joao Alfredo Coronel Gallardo Lustosa - Diretor
Paulo Vellani de Lima - Diretor
Bianca de Oliveira Reyes Gandra - Diretor
Bruno Capusso - Diretor

Gilberto Ataíde Caldeira Pereira - CRC SP - 215293/O-6
